

Adroaldo alerta contra esperteza

Sobrevivência e democracia são mais importantes

Fátima Turci

SÃO PAULO — A questão da dívida externa não pode ser discutida sob a ótica da “síndrome de Maria de Fátima” — personagem interpretada pela atriz Glória Pires na recém-encerrada novela *Vale Tudo*, da televisão, que sempre procurou apenas o benefício próprio em tudo. Com esse alerta, o economista Adroaldo Moura da Silva, ex-vice presidente de Operações Internacionais do Banco do Brasil, de março de 1986 até fevereiro do ano passado, hoje na iniciativa privada, coloca o debate da dívida externa brasileira no contexto político do Terceiro Mundo: a sobrevivência dos países em desenvolvimento aliado à própria manutenção de democracia capitalista.

O novo governo dos Estados Unidos, em sua opinião, encara o problema da dívida externa como de segurança nacional. A partir do novo tom do discurso do presidente eleito George Bush, muda a percepção da natureza do problema. “O jogo agora está na mesa. Os governos do Japão e da França já haviam se manifestado favoravelmente a uma negociação política da dívida externa do Terceiro Mundo, mas o que segurava era o veto americano, que agora caiu”, interpreta Moura da Silva, lembrando a posição irredutível do governo do presidente Ronald Reagan, em especial para com a América Latina. Apesar da percepção de técnicos e autoridades do Tesouro americano — especificamente do secretário do Tesouro, James Baker III, agora elevado ao cargo-chave de secretário de Estado, que sempre demonstrou uma

atitude “pragmática e internacionalista,” na opinião de Moura da Silva — o governo Reagan se manteve inflexível na questão política, considerando basicamente a dívida como um problema entre países devedores e bancos credores. Bush reconhece que a dívida vai além da questão financeira, aceitando sua politização e se comprometendo com o mundo a produzir um plano de renegociação da dívida externa.

Dado o contorno político pelo governo do país onde estão os principais bancos credores, que é também o governo de uma superpotência de peso decisivo na política mundial e o de maior influência nas decisões econômicas do Ocidente, segundo Moura da Silva, não há dúvida de que as cartas serão dadas pelos EUA. Nesse sentido, vindo pela ótica de segurança norte-americana, o México deverá encabeçar a lista dos beneficiados pelo plano Baker, vindo em seguida a Venezuela — ambos com presidentes recém-eleitos e regras estabelecidas. Do lado oposto, Peru, Argentina, Chile e Brasil, com rumos políticos indefinidos, ficarão, segundo o economista, na lista de espera.

Passado frágil — Com esse novo cenário, Adroaldo Moura da

Silva, que até o ano passado, como integrante da equipe econômica do governo do presidente José Sarney, participou ativamente da renegociação da dívida brasileira, lembra que analisar o passado pode ser até injusto. “Tudo que se olha hoje pode conduzir a críticas, mas as circunstâncias mudaram. Não foram só os bancos credores que mudaram, mas isso ocorreu também com a autoridade monetária mais importante do mundo”.

De qualquer forma, ele admite fragilidade no acordo feito pelo Brasil com o FMI. Os bancos, em sua opinião, estavam prontos a aceitar um prazo maior para o pagamento dos juros, que o Brasil pagará trimestralmente, enquanto a negociação do Chile, por exemplo, conseguiu avançar para pagamento anual. O *relenching* — reempréstimo de dívidas vencidas a outros tomadores pelos próprios bancos credores — também, em sua opinião, não era desejável: não é bom para o Brasil nem para os credores coletivamente, já que existe um forte deságio do papel no exterior. Além disso, para o economista, só a conversão de parcelas da dívida em investimento através de leilões faz sentido.

Sonia D'Almeida — 08.06.88



Adroaldo: Agora o jogo está na mesa sem o veto americano